



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número /XII (.ª)

PERGUNTA Número 1190 /XII () .ª)

Expeça-se

Publique-se

11 / 11 / 10

O Secretário da Mesa

Assunto: Regularização da situação dos funcionários do Consulado de Portugal em São Paulo

Destinatário: Ministério dos Negócios Estrangeiros

Ex.ª Sra. Presidente da Assembleia da República

Temos assistido nos últimos dias a protestos junto do Consulado de S. Paulo, por parte de ex-funcionário desse Consulado.

Ao procurar informar-me da real razão do protesto, deparei-me com uma situação bastante constrangedora para Portugal e para a Comunidade Portuguesa de S. Paulo e do Brasil.

Pelo que pude apurar, o ex-funcionário José Roberto Moreira, trabalhou para o Consulado de Portugal em S. Paulo por mais de 30 anos e foi afastado há cinco anos por problemas de saúde. Ao procurar a Segurança Social no Brasil, constatou que não haviam sido recolhidas as contribuições previdenciárias devidas, o que impediu que se reformasse ou que obtivesse qualquer apoio por parte do Instituto Nacional de Segurança Social do Brasil.

Para agravar a situação constatou ainda o Sr. José Roberto Moreira que também não haviam sido efetuados os recolhimentos ao FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) dos valores devidos, montante ao qual poderia recorrer no caso de necessidade extrema.

Em face disso o citado ex-funcionário recorreu à Justiça do Brasil para ver reconhecidos os seus direitos, solicitando o pagamento dos valores em mora. Pelo que pude apurar o Sr. José Roberto Moreira obteve êxito na área judicial mas novamente o Consulado de Portugal, apesar de condenado, não efetuou os pagamentos.

Hoje, em situação de desespero e sem conseguir contato quer com o Consulado de Portugal, quer com o Governo Português, decide promover manifestações junto do Consulado, manifestações essas amplamente divulgadas pela imprensa brasileira, passando a imagem de um Portugal não cumpridor e de um Portugal que abandona os seus, imagem com que não concordo e que combato permanentemente em todas as Comunidades que represento.

Para piorar o quadro, pude também averiguar que existem hoje na Justiça do Brasil vários processos, pleiteando os mesmos direitos, por parte de outros funcionários (ou ex-funcionários) como segue:

- Carlos Alberto Pacheco
- Lucimara T. Vicente
- Emídio Baga da Silva
- Sérgio Fernandes

Considerando que a falta de recolhimentos de INSS e FGTS para os empregados do Consulado de Portugal em S. Paulo impedem a reforma e implicam na falta de assistência médica, licença por doença, Licença por maternidade, licença por acidentes no trabalho, etc.;

Considerando que a Justiça Brasileira tem acolhido sempre as solicitações dos funcionários ou ex-funcionários do Consulado;

Considerando que a boa imagem de Portugal deve ser preservada;

Considerando que todos os que trabalham no Consulado de Portugal de S. Paulo merecem proteção da Segurança Social;

Considerando que a Comunidade Portuguesa e Luso-Brasileira de S. Paulo não pode ser constrangida por práticas administrativas inadequadas praticadas no Consulado de Portugal;

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, por intermédio do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, sejam respondidas as seguintes perguntas:

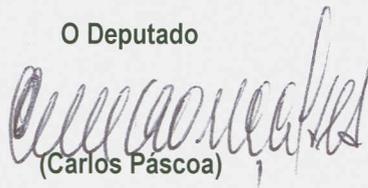
1. Se em face das informações e denúncias, pretende mandar averiguar em caráter de urgência, a situação do Sr. José Roberto Moreira, no sentido de que o mesmo possa ter assistência por parte da Segurança Social do Brasil e de que lhes sejam pagos os valores já determinados pela Justiça do Brasil e passados em julgado?
2. Se pretende em caráter de urgência mandar averiguar a razão da existência dos processos dos demais funcionários ou ex-funcionários relacionados?
3. Se pretende mandar averiguar as práticas administrativas no Consulado de S. Paulo visando a uma eventual correção das mesmas, para que se evitem no futuro constrangimentos e custos como os que atualmente se verificam?
4. Se pretende identificar os responsáveis pelas práticas inadequadas no Consulado de S. Paulo, punindo os mesmos pelas situações criadas?



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Palácio de São Bento, 10 de Novembro de 2011

O Deputado



(Carlos Pascoa)